

Nova Canudos e a luta do MST no Estado de São Paulo

*Marcelo Buzetto**

Resumo:

O objetivo deste artigo é fazer uma análise da atuação do MST nas lutas sociais dos anos 90, dando destaque às ações desenvolvidas pelo movimento no Estado de São Paulo, com especial atenção para o Acampamento Nova Canudos.

Entre 1979 e 1989, o Brasil viveu um período de grandes lutas populares. As greves operárias do ABC paulista e de outras regiões questionavam, nas mobilizações do dia a dia, um dos pilares de sustentação da política econômica predominante durante a ditadura militar, o arrocho salarial. Além disso, desobedeciam as leis repressivas e levavam milhares de operários para as ruas, demonstrando com isso que era possível e necessário realizar grandes transformações em nosso país.

Dessas várias manifestações operárias surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT), lutando por salário, contra o arrocho, por emprego, contra o pagamento da dívida externa, por reforma agrária, contra a dominação do capital estrangeiro e do imperialismo, por uma jornada de 40 horas semanais, etc.

Nesse mesmo período, surgem ou são fortalecidos inúmeros movimentos populares e sociais, atuando com muita garra nas lutas por moradia, educação, saúde, em defesa dos meninos de rua, transporte, saneamento e demais reivindicações que aglutinavam em torno de si trabalhadores e excluídos do campo e da cidade.

Além do fortalecimento dos movimentos sindical e popular, e da criação da CUT, que se apresentava como uma verdadeira alternativa de organização autônoma da classe trabalhadora, surge o Partido dos Trabalhadores (PT).

Também como resultado do acúmulo de forças da classe trabalhadora nesse período, aparece no cenário nacional, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O MST é fruto de uma conjuntura onde o avanço da

* Mestrando em Ciências Sociais (PUC/SP); militante do MST/SP; professor da Universidade Bandeirante de São Paulo (Uniban).

agroindústria capitalista nacional e multinacional e a política econômica excludente e antipopular de sucessivos governos deixavam para os pobres do campo três alternativas: aceitar a situação de miséria material e cultural a que estavam condenados, migrar para a cidade e para os centros urbanos ou resistir na terra através da luta individual ou coletiva.

Não pretendemos apresentar uma história do MST, mesmo porque vários elementos de nossa longa caminhada já foram discutidos, nesta revista, por Almeida e Sánchez (1998).

Portanto, de 1979 a 1989, temos dez anos de ofensiva da classe trabalhadora e de suas organizações, mas depois, percebemos um permanente recuo, uma luta muitas vezes sem efeitos favoráveis no sentido de manter as conquistas, ampliá-las, forjar novas lutas e mobilizações, fortalecer a solidariedade de classe, romper com o corporativismo e os limites da luta meramente econômica, etc.

Nesse período de recuo e defensiva que a esquerda e os movimentos populares atravessam, desde 1990, muitos nos perguntam como conseguimos resistir, outros criam mitos sobre o movimento, dizendo que somos a “vanguarda” ou coisas desse tipo.

Nós agradecemos os elogios e a solidariedade que temos recebido de vários lutadores do campo e da cidade, mas acreditamos que tal discussão é uma grande perda de tempo e de energias, pois o que determina se alguém ou alguma organização vai ter condições de participar ou mesmo dirigir um processo de transformação social não é o fato deste indivíduo ou organização se autoproclamar a “vanguarda”, mas sim sua capacidade de analisar corretamente a realidade ao mesmo tempo em que mantém um vínculo direto com a base social que dará sustentação para as transformações desejadas.

Nesse sentido, tentaremos fornecer uma pequena contribuição para o debate sobre o papel do MST nas lutas sociais no Brasil, pois vivemos um momento decisivo para os trabalhadores e as massas populares, onde a reflexão e a autocrítica permanentes devem ser, mais do que nunca, instrumentos presentes no dia a dia das mobilizações.

MST: um movimento político, popular e de massas

Nesses quinze anos de vida, o MST se construiu enquanto um movimento que luta por terra, por reforma agrária e por transformações sociais. Estes três objetivos foram definidos no Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, realizado em Cascavel, cidade do Paraná, em 1984, e foram reafirmados no ano seguinte, quando aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, com a presença de 1.500 delegados, representando todos os Estados do Brasil. De acordo com os princípios do movimento, as tarefas do mesmo seriam: “1º) lutar pela reforma agrária radical; 2º) lutar por uma sociedade justa e igualitária e acabar com o capitalismo; 3º) reforçar a luta pela terra, com participação de

todos os trabalhadores rurais, sejam arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários, estimulando a participação das mulheres em todos os níveis; 4º) que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha, tirando seu sustento e de sua família; 5º) o Movimento Sem-Terra deve sempre manter sua autonomia política". (MST, 1986)

Portanto, é possível perceber que um dos desafios que o movimento coloca para si próprio é a ruptura com o corporativismo e a superação da luta econômica. Não podemos abrir mão de fazer a luta pela terra, pois esta palavra de ordem representa uma parte de nossa luta. Mas, apesar disso, temos clareza de que, se colocássemos como eixo único e central de nossas reivindicações a luta econômica por terra, fatalmente desapareceríamos, como vários outros movimentos camponeses e de trabalhadores rurais. Estamos num momento da luta de classes em que qualquer movimento que insista em se manter isolado ou nos limites da mesquinha luta corporativa, desaparecerá ou será institucionalizado, cooptado e/ou incorporado à lógica do capital e da classe dominante.

Sendo assim, precisamos fortalecer o caráter popular do movimento, deixando bem claro que quando falamos as palavras "povo" e "popular" estamos nos referindo à defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e excluídos da cidade e do campo. Qualquer conquista popular ou qualquer direito social deve ser defendido pelo movimento, por isso nossa presença constante em manifestações populares contra as privatizações, contra o sucateamento dos serviços públicos, contra os cortes no orçamento das áreas sociais e contra todas as medidas anti-populares do governo e da classe que ele representa. Também precisamos reforçar o caráter político do movimento, sempre distinguindo "político" de "político partidário", pois continuamos valorizando nossa autonomia e independência em relação aos partidos políticos existentes na atualidade. Fortalecer o caráter político do movimento nada mais é do que intensificar nossa luta contra o Estado e contra a política econômica vigente, afirmando nosso direito de lutar por uma nova sociedade, por uma nova forma de organização da produção, uma sociedade verdadeiramente livre, humana e solidária.

Mas não há como se fortalecer enquanto um movimento político e popular sem ampliar nossa base social, sem realizar grandes lutas de massa. O crescimento do MST foi um processo em que o trabalho de base no meio das massas populares tornou-se condição necessária e indispensável para a continuidade do movimento, principalmente durante esta década, um momento difícil, onde enfrentamos uma ofensiva da classe dominante e de seus governos antipopulares e antidemocráticos.

Nesses quinze anos muitas derrotas, muitas lutas, muitas conquistas.

Apesar de todas as dificuldades e problemas, que foram e são muitos, conseguimos estar presentes em todas as grandes lutas de nosso povo. Aprendemos muito nas lutas, nas ocupações, nas marchas, nas mobilizações,

nos cursos de formação, nos acampamentos, nos assentamentos, no contato com outros movimentos, no convívio com vários companheiros e companheiras, mas a maior lição tem sido dada por aqueles que estão nas barracas de lona preta, resistindo ao frio, ao calor, à fome, à violência da polícia e do latifúndio, aos crimes cometidos em nome de uma tal “justiça” que se dobra diante da propriedade privada e do capital. Os acampados têm sido um exemplo de luta, de esperança, de ousadia, de coragem. No seu dia a dia, eles nos ensinam a sonhar, e a acreditar na possibilidade de transformar esse sonho de mudança em realidade. Aprendemos com eles a cultivar a certeza de que a vitória nos pertence, mas para alcançá-la precisamos de muita organização, muita formação e muitas lutas, pois a vitória é fruto do desejo de transformação. Mas tal vontade precisa compreender muito bem a correlação de forças e as condições objetivas, analisando as dificuldades do modo com que elas se apresentam. Não podemos superestimar o inimigo, atribuindo ao mesmo uma força superior à que ele possui, pois assim seremos derrotados pelo medo. Mas também não podemos subestimar sua força, pois assim seremos derrotados por nossa arrogância. Essa certeza da vitória se fez presente nesses quinze anos de lutas e conquistas.

O MST e a Consulta Popular: lutas massivas, formação permanente e elaboração de um projeto popular para o Brasil

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre um projeto econômico, político e social alternativo, da perspectiva dos trabalhadores e excluídos, o MST e outras organizações populares, juntamente com militantes de esquerda que atuam no movimento sindical, no movimento estudantil, em movimentos populares, em pastorais, em partidos e/ou agrupamentos de esquerda criaram um movimento chamado Consulta Popular — Um Projeto Para o Brasil. Atuando desde dezembro de 1997, quando foi criada, a Consulta tem como tarefa se construir enquanto uma ferramenta de luta dos trabalhadores e excluídos.

A decisão do movimento de participar ativamente das atividades da Consulta Popular teve como base a necessidade de construção de uma ferramenta adequada para enfrentarmos a classe dominante, no atual momento da luta de classes no Brasil. Precisamos unificar as lutas populares do campo e da cidade, criando um espaço permanente para o debate, para formação da base, dos militantes, de quadros, para a elaboração teórica de um projeto verdadeiramente alternativo e de transição e para estimular e organizar grandes lutas massivas contra a atual política econômica.

As bandeiras de luta daqueles que se integram à Consulta são as bandeiras de luta da classe trabalhadora e dos excluídos: terra, trabalho, moradia, justiça, soberania, educação, saúde, serviços públicos de qualidade, reforma agrária, reforma urbana, melhores salários, não pagamento da dívida externa, contra as privatizações e outras reivindicações e lutas já conhecidas por todos. É claro que

seria uma ilusão imaginar que os trabalhadores e as massas populares podem realizar todas essas reivindicações no capitalismo, portanto, a prática cotidiana de todos os lutadores que participam desse projeto está ligada às lutas antiimperialistas e anticapitalistas.

O grande desafio que a Consulta Popular tem pela frente é sua constituição enquanto uma organização política popular e de massas de caráter nacional, da qual participem militantes de partidos, sindicatos, movimentos, intelectuais e demais lutadores interessados em construir um projeto alternativo e realizar em nosso país grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Se esse movimento caminhar nessa direção, contribuirá significativamente para as lutas populares. Mas, se a Consulta Popular não tiver a capacidade de ser este instrumento aglutinador dos lutadores e multiplicador de lutas massivas, continuaremos nossa batalha, pois se uma ferramenta não tem condições de realizar um determinado trabalho, procuramos outra, sem nenhum desânimo ou frustração.

Só temos a certeza de que algo precisa ser feito no sentido de demonstrar que a unidade entre todos os lutadores da cidade e do campo é condição indispensável e necessária para realizarmos grandes transformações em nosso país e no mundo, pois temos clareza da importância do Brasil para a América Latina e para a economia mundial. Qualquer mudança significativa nas relações sociais e de produção em nosso país pode alterar a correlação de forças no mundo, levando para além das fronteiras nacionais o impacto das lutas políticas internas.

Qual projeto conseguirá ser realizado no Brasil, o da classe dominante ou o dos trabalhadores e excluídos?

Como deve ser um projeto popular, nacional, antiimperialista, anticapitalista e socialista para o Brasil?

São questões que só podem ser respondidas dentro do processo de luta com o qual estamos envolvidos. Quem não participa das lutas concretas está impossibilitado de compreender profundamente a situação atual da luta de classes no Brasil, portanto, para os que vivem refletindo sobre a história, chegou o momento de fazer a história, de participar ativamente das lutas de nosso tempo, pois é isso que irá impedir a destruição da humanidade.

MST e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST):

fazendo da reforma agrária uma luta de todos

Desde 1998 o MST/SP vem atuando em conjunto com o MTST, um movimento que luta por moradia, por reforma urbana e por transformações sociais. No Estado de São Paulo o MTST já existe ou está se constituindo em Campinas, em Sorocaba, em Guarulhos, em Osasco, Jandira, Barueri, Itapevi, ABC e outras regiões urbanas onde existem vários problemas sociais. Também em outros Estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte essa experiência já existe.

O princípios do MTST são: lutar por moradia e reforma urbana; lutar contra o desemprego e por melhoria das condições de vida dos trabalhadores e excluídos urbanos e contribuir na luta pela construção de uma nova sociedade, dando um caráter anticapitalista às suas reivindicações e mobilizações. O movimento pretende romper com o corporativismo que domina muitos movimentos urbanos por moradia, deixando claro que é possível conciliar a luta imediata, a luta concreta com lutas mais amplas pela reforma urbana e por transformações sociais.

Esses princípios acabaram aproximando este movimento do MST, firmando a sempre desejada aliança campo-cidade. Este movimento está sendo construído e, nesse pouco tempo de vida começou a desenvolver uma concepção de luta diferente de outros movimentos populares que lutam por moradia pois, além de realizarem ocupações urbanas, seus militantes contribuem com as ocupações rurais, fazendo o trabalho de base com famílias de sem-tetos, desempregados e moradores de rua, excluídos do processo de produção e consumo nas grandes cidades.

É interessante esse intercâmbio de experiências e lutas, pois isso tem enriquecido o debate sobre a necessidade da reforma agrária em nosso país. Tanto o MST quanto o MTST afirmam que nos grandes centros urbanos não existem alternativas verdadeiramente humanas de integração da massa de excluídos que passam fome, não possuem casa e/ou estão desempregados. Muitos desempregados não terão mais condições de retornar ao mercado de trabalho formal e, aqueles que buscam no mercado informal uma alternativa de sobrevivência, enfrentam diversas dificuldades pois, com o que ganham, muitas vezes não conseguem ter realizadas necessidades básicas como educação, saúde, transporte, casa própria, lazer, cultura e outras. Sendo assim, a luta pela terra e pela reforma agrária está se tornando, na prática desses dois movimentos em questão, uma luta de todos os que estão sofrendo com a atual política econômica antipopular e excludente.

Experiência única na história da luta pela reforma agrária no Brasil, essa aliança permanente campo-cidade tem resultado na discussão de um novo projeto de reforma agrária, que aceite e não discrimine os excluídos urbanos, pois muitos destes foram retirados do campo para servirem de mão-de-obra barata para as empresas multinacionais e nacionais que se instalaram nos centros urbanos durante 1955 e 1985.

O MTST surge nas lutas do povo brasileiro como uma tentativa de criar uma nova frente de luta, de construir um grande movimento popular, político e de massas de caráter nacional no meio urbano, fortalecendo com isso as lutas por terra e moradia, por reforma urbana e reforma agrária.

Vivemos num momento em que precisamos construir várias frentes de luta, vários movimentos de massa, pois só assim poderemos alterar a atual correlação de forças, fortalecendo as lutas existentes, criando novas frentes, unindo

trabalhadores e excluídos do campo e da cidade, dando formação teórica-ideológica e política e redobrando os esforços para unificar a esquerda em torno de um projeto estratégico de transformação da sociedade.

Um dos exemplos concretos mais recentes do trabalho conjunto entre MST/MTST no Estado de São Paulo é o Acampamento Nova Canudos, demonstração prática daquilo que chamamos de aliança campo-cidade.

O Acampamento Nova Canudos: uma ocupação de novo tipo

Após a realização de um intenso trabalho de base com famílias excluídas no campo e nas cidades durante todo o segundo semestre de 1998 e o mês de janeiro de 1999, MST e MTST organizaram a segunda maior ocupação feita no Estado de São Paulo, com cerca de 1.200 famílias, sendo que a maior já realizada foi na Fazenda Jangada, em Getulina, em 1993, com aproximadamente 2.500 famílias organizadas pelo MST.

A ocupação ocorreu na madrugada do dia 07 de fevereiro de 1999, um domingo, na cidade de Porto Feliz, a mais ou menos 115 Km da capital, na Fazenda Engenho D'Água, também conhecida como Fazenda Capuava, um latifúndio de 11 mil hectares, de propriedade do grupo União São Paulo. Esta fazenda, de acordo com as lideranças que organizaram a ocupação, possui dívidas com o Banco do Brasil, tem desrespeitado a legislação ambiental, destruindo a mata nativa, além de ter contra si uma série de processos trabalhistas. Moradores de Porto Feliz chegaram a denunciar aos acampados as péssimas condições de trabalho naquela fazenda, pois lá existia uma usina de cana-de-açúcar onde os trabalhadores chegavam de outras regiões e até outros Estados com a ilusão de que teriam uma vida melhor. Muitos desses trabalhadores, de acordo com alguns moradores de Porto Feliz, nunca receberam seus salários.

A novidade nessa ocupação é que cerca de 80% dos acampados vieram de centros urbanos ou cidades localizadas em várias regiões do Estado. Encontramos no acampamento Nova Canudos pessoas que vieram de Campinas, Sorocaba, Guarulhos, Itapevi, São Bernardo do Campo, Mauá, Santo André, Limeira, Araras, São Paulo e outras cidades. São trabalhadores desempregados, sem teto, moradores de rua, ex-operários, ex-marceneiros, ex-mecânicos, que agora colocam sua profissão e suas potencialidades a serviço da luta pela reforma agrária e por transformações sociais.

Outro fato importante é que, de todas as ocupações realizadas pelo MST no Estado de São Paulo, essa foi a mais próxima da capital, o que facilitou a mobilização de amplos setores urbanos na campanha de solidariedade ao acampamento.

Mesmo com o apoio de várias pessoas e entidades, as dificuldades cresciam, mas ainda havia espaço para a educação, o lazer e a cultura no Acampamento Nova Canudos. Alguns exemplos foram os jogos de futebol que ocorriam num

campo próximo à fazenda, as fogueiras acesas durante a noite, onde sempre aparecia um violeiro, e onde sempre estavam presentes as brincadeiras, as conversas, as idéias, os sonhos com a vida nova que está por vir. Também a construção da Escola Antônio Conselheiro foi uma grande atividade coletiva e comunitária, onde o trabalho voluntário e a solidariedade mais uma vez se fizeram presentes. Uma outra atividade cultural que nos chamou a atenção foi a reprodução do filme *Central do Brasil*; todos se aproximaram, com seus olhares curiosos para a tela que havia sido montada, e começaram a sonhar junto com o menino Josué, personagem central do filme de Walter Salles. Acreditamos que muitos se identificaram com o sofrimento e com as alegrias deste personagem. Naquele dia, os acampados, esses bravos lutadores, receberam um pouco mais de sensibilidade, de emoção e de humanidade.

A solidariedade dos trabalhadores e estudantes

A solidariedade e o apoio dos trabalhadores urbanos à esta ocupação foi muito importante. Militantes e políticos progressistas e de esquerda, professores, alunos e funcionários de faculdades e universidades como Unimep, PUC-SP, Uniban, Fundação Santo André visitaram o acampamento. Também sindicatos e associações como o Sindicato dos Servidores Públicos de SBC, metalúrgicos de Campinas, vidreiros de SP, Sintusp, Sinpros, Apeoesp, Sindicato dos Advogados, construção civil de SBC, metalúrgicos do ABC, Apropuc, associação dos funcionários da PUC, Adusp e tantos outros companheiros e companheiras que, solidários com a luta desses sem-terra e sem-teto, contribuíram para o fortalecimento da esperança e da certeza da vitória.

As pastorais também se fizeram presentes nesta luta, assim como o Movimento Meninos de Rua de SBC, a Consulta Popular e vários movimentos populares, associações de moradores (Centreville-Sto André, Unidos da Leste-Diadema, etc.), etc.

Fazenda Engenho D'Água: produtiva ou improdutivo?

Outra diferença na ocupação de Porto Feliz foi que o movimento e os acampados entraram numa área de cana-de-açúcar, considerada pelo Incra como produtiva, pois não tinham muitos hectares ociosos.

Desde o primeiro dia da ocupação, a imprensa e o governo se utilizavam desse argumento para tentar jogar a sociedade contra o movimento. O MST já vem discutindo esse conceito de terra produtiva há algum tempo, e é importante convencer a sociedade de que terra produtiva é aquela que cumpre uma função social e produz alimentos para o povo. Monocultura de cana-de-açúcar com 11 mil hectares, concentrada nas mãos de poucas famílias, que fazem de sua propriedade um instrumento de acumulação pessoal de riqueza e de exploração dos trabalhadores, não pode ser considerada produtiva. Além desse tipo de

latifúndio não gerar empregos e não produzir alimentos para o povo, ele é uma das mais acabadas expressões daquilo que tanto criticamos no Brasil, que é a concentração de renda.

Portanto, precisamos mudar o conceito de terra produtiva, convencendo os trabalhadores e as massas populares de que a terra deve cumprir sua função social, e para que isto seja realizado, precisamos retirá-la das mãos dos latifundiários e entregá-la nas mãos dos excluídos.

Reintegração de posse e mudança do acampamento

No dia 9 de fevereiro chega a ordem de reintegração de posse, dia em que a assembléia dos acampados aprova o nome Nova Canudos para a ocupação. Entre os argumentos que pesavam a favor do nome, criou-se a seguinte idéia: Canudos não se rendeu, e foram todos massacrados; Nova Canudos não se renderá, mas a novidade é que não será massacrada, será uma ocupação vitoriosa.

Após negociação com a polícia militar, foi dado o prazo de 23 de fevereiro para a retirada das famílias. Os acampados decidem ficar na área e não cumprir a determinação da juíza de Porto Feliz, Daniela Bortoliero Ventrice. Um dia antes, na Assembléia Legislativa de São Paulo, numa reunião de vários militantes de partidos, sindicatos e movimentos, cria-se o Fórum Estadual em Defesa da Reforma Agrária, que organiza a carreata de solidariedade ao Acampamento Nova Canudos, que se realizou no dia 28 de fevereiro. Neste dia, para receber os visitantes, muita alegria, esperança e solidariedade na mística realizada pelos acampados. Eles formam um corredor humano, por onde passam os visitantes em meio a bandeiras e instrumentos de trabalho, enquanto todos começam a cantar o refrão de uma música que diz "só, só sai, só sai reforma agrária, com a aliança camponêsa-operária".

Após várias tentativas de negociação com a juíza, o Incra e a Polícia Militar, foi definido o despejo das famílias acampadas. Os acampados, reunidos em assembléia, decidem sair, e no dia 17 de março, pela manhã, começa o processo de desmontagem dos barracos e mudança para uma área no Km 99 da rodovia Presidente Castelo Branco.

Porto Feliz, Km 99 da Castelo: mobilizações e luta permanente

Apesar das dificuldades do dia a dia, como a falta de alimentação, a chuva, a falta de lona, o calor, o frio e vários outros problemas no acampamento, a decisão era continuar mobilizando a todos para novas lutas. No cotidiano, várias atividades, oficinas de capoeira, de pintura, festas, cursos de formação, palestras, etc. Merece destaque a palestra do companheiro James Petras, intelectual marxista norte-americano que, no dia 17 de maio, passou o dia todo no acampamento, fazendo uma análise da economia mundial e das lutas sociais na América Latina.

Acampados na beira de uma estrada, sem nenhuma resposta sobre a desapropriação da Fazenda Engenho D'água ou de outra área para assentar as famílias, sem receber nenhuma assistência dos governos estadual e federal ou do Incra e com pouca alimentação, esta era a situação real do Acampamento Nova Canudos.

Poucos dias após a mudança, a imprensa nacional confirma o corte de verbas do governo FHC nas áreas sociais. Com o objetivo de cumprir o acordo firmado com o FMI (Fundo Monetário Internacional ou "Fome e Miséria Internacional"), o governo FHC se comprometeu em reduzir o déficit público deste ano em mais de vinte e cinco bilhões de dólares. No orçamento para a reforma agrária, o corte foi de 53%.

Se não bastasse isso, aumenta em todo o Brasil a repressão contra o MST, resultando em mortes, tortura e prisões de militantes em vários Estados. No Pará, em Pernambuco e, principalmente no Paraná, fica evidente a aliança entre governos, policiais, latifundiários e representantes da "justiça", todos com um objetivo, impedir o avanço da luta por uma verdadeira reforma agrária em todo o país.

São várias ordens de reintegração de posse, cumpridas durante a madrugada, desrespeitando a própria lei existente, em verdadeiras operações de guerra onde o inimigo a ser combatido pelo Estado e pela polícia é o povo sem-terra, como todos viram pela TV ou pela sensacional reportagem da revista *Caros Amigos* do mês de junho. São várias prisões preventivas, como foi o caso do companheiro Gilmar Mauro, preso por várias horas na Cadeia Pública de Porto Feliz quando convocado para prestar esclarecimentos sobre a ocupação naquela cidade.

Toda essa conjuntura aumentava o descontentamento dos acampados com o tratamento dado pelo governo FHC aos sem-terra e a vários outros trabalhadores que estão lutando contra a fome, o desemprego e a injustiça.

Durante a permanência no Km 99 da Rodovia Castelo Branco foram realizados diversos protestos, como fechamento da pista e também uma marcha de cinco dias, que saiu do acampamento no dia 26 de abril e chegou a São Paulo no dia 30 do mesmo mês. Com cerca de 1.000 integrantes, esta marcha do MST participou das manifestações do Dia Nacional de Luta Contra a Política Econômica de FHC, organizado pelo Fórum Nacional de Luta. No 1º de Maio em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, as bandeiras vermelhas e os bonés do movimento mais uma vez apareceram no meio dos manifestantes.

27 de maio: liberdade para os que lutam por reforma agrária

Neste dia, os acampados de Nova Canudos, em assembléia, decidiram fechar a Rodovia Castelo Branco em protesto contra a prisão de 41 militantes do movimento no Paraná e vários outros em demais Estados do Brasil. Reivindicavam a imediata libertação dos companheiros e gritavam "um, dois, três, quatro, cinco, mil, ou faz reforma agrária ou paramos o Brasil!".

Sem comida, abandonados pelo governo e pelo Incra, os acampados, numa ação de massa, fecham por várias horas a rodovia e acabam realizando um saque de alimentos transportados por caminhões que por ali passavam.

Voltam para o acampamento, e a polícia começa a montar uma operação de guerra, com centenas de policiais, dezenas de viaturas. Montam um posto de comando das operações em frente a entrada do acampamento, e durante a noite do dia 27 e a madrugada do dia 28, ficam de campana, esperando a ordem para reprimir as famílias sem-terra. Queriam entrar no acampamento, pois alegavam que lá dentro tinha um caminhão e o motorista. Uma mentira, e para acabar com a farsa, os acampados autorizam a entrada de cinco policiais para revistar o acampamento. Passaram horas e os policiais não respondem se vão ou não entrar. Na verdade, a resposta da polícia já estava sendo dada, com a prisão de várias pessoas que saíam de Nova Canudos.

28 de maio: 20 prisões políticas em Porto Feliz

Na madrugada e na manhã do dia 28 de maio vários companheiros e companheiras são levados para a delegacia de Porto Feliz, presos, algemados, impedidos de fazer ligações telefônicas, sendo obrigados a escutar ironias e ofensas de policiais e investigadores, prática comum nas delegacias de todo o país.

No meio de tantas injustiças, um fato emociona e revolta a todos os presos políticos. Dona Maria, uma mulher, negra, com 75 anos de idade, ficou algemada com as duas mãos numa grade da janela da delegacia durante toda a madrugada. Assustada e chorando, foi repreendida duramente por um policial. Ela havia saído do acampamento para ir direto para a Santa Casa de Porto Feliz, pois estava passando mal. Ficou sem receber assistência médica até às 7hs da manhã, uma hora após a chegada de uma das advogadas do movimento.

Naquela manhã, dezessete homens e três mulheres presas. As mulheres foram encaminhadas para o presídio feminino de Votorantim. Dos homens, quatro foram liberados no mesmo dia, os outros treze foram presos na Cadeia Pública de Porto Feliz. Com a pressão do movimento e dos advogados, no dia 30 de maio são libertados seis companheiros e as três companheiras presas em Votorantim, que conseguem sair com alvará de soltura expedido pelo juiz corregedor de Sorocaba.

Na Cadeia Pública de Porto Feliz, continuavam presos sete companheiros, inclusive o autor deste artigo. Na prisão, tivemos o contato direto com o problema da superlotação, pois numa Cadeia com capacidade para 36 detentos, haviam 98. Nos dias 28 e 29 de maio, muita tensão no acampamento, pois a tropa de choque, vinda de Sorocaba para reforçar a ação da polícia local, se preparava para a invasão. Cavalaria, tropa de choque e outras unidades da polícia militar, totalizando mais de 300 policiais envolvidos na operação. Queriam entrar no acampamento para retirar os alimentos saqueados. O povo, faminto e revoltado com a tamanha repressão, não aceitava a entrada dos policiais. Após muita tensão e muita

negociação, para evitar um massacre dos trabalhadores que ali estavam, os acampados decidem, em assembléia, entregar parte dos alimentos. Diante dos olhares insensíveis da polícia, as crianças começam a carregar os alimentos, atirando pedaços de carne e pacotes de macarrão nos pés da tropa de choque. Alguns pequeninos, sem perceber que os policiais estavam levando embora aquilo que ele, criança, iria comer à noite ou no dia seguinte, insistiam para que os membros da tropa de choque pegassem o alimento de suas mãos. Impossível para um soldado da tropa de choque pegar aquele alimento das mãos de uma criança, pois ele foi adestrado para ver naquele povo sem-terra seu principal inimigo. Apesar disto, a tropa de choque ficou impotente, sem ação, calada e imobilizada diante daquela demonstração desumana e cruel da injustiça. Uns poucos policiais se abalaram. Abalaram-se mas cumpriram a ordem, não se sensibilizaram o suficiente para tomar a posição mais digna e humana naquele momento, que era desobedecer seus comandantes.

No outro dia, 30 de maio, os acampados descobrem um agente da polícia militar infiltrado no acampamento. A coordenação do acampamento chama a imprensa e alguns deputados para negociar a saída do agente provocador. Após horas de muita tensão, os acampados decidem libertá-lo.

Na Cadeia Pública, acompanhávamos tudo pela TV, e recebíamos a cada dia mais e mais solidariedade dos companheiros e companheiras do movimento e de outras entidades. O dia a dia daquela cadeia mudou com nossa prisão. Os presos estavam e estão esquecidos pela justiça e pela sociedade. Hoje entendemos mais do que nunca que lugares como a cadeia jamais irão reabilitar, reeducar ou reintegrar pessoas que cometeram algum tipo de delito.

A juíza de Porto Feliz, Daniela Bortoliero Ventrice, na primeira audiência que tivemos, dia 15 de junho, negou nossa liberdade provisória, sem dar nenhuma justificativa ou explicação consistente para tal ato. Para nós, que temos a convicção de que somos inocentes de todos os crimes que nos acusam, se confirmava a cada dia o caráter político de nossa prisão.

Na semana seguinte à nossa prisão, o movimento e toda a militância fazem várias manifestações, fecham a rodovia Castelo Branco, fecham uma rodovia que liga São Paulo ao Paraná, no Pontal do Paranapanema, enviam cartas e mensagens denunciando nossa prisão política para várias pessoas e movimentos, realizam passeatas e fazem uma marcha de Nova Canudos até o fórum de Porto Feliz, que reúne pessoas do MST, do MTST e de vários sindicatos e movimentos. Essa marcha, de dezesseis quilômetros, resultou numa vigília de três dias em frente ao fórum, num grande protesto contra as arbitrariedades cometidas contra aqueles que lutam pela reforma agrária.

No dia 16 de junho, os presos da Cadeia Pública de Porto Feliz doam para as crianças do acampamento seu jantar, noventa e oito marmitex que naquela noite alegraram a vida dos sem terrinha de Nova Canudos. Na TV, um sem terrinha dá

uma entrevista e diz “Essa noite vou dormir de barriga cheia”, e uma mãe, com o filho no colo e lágrimas nos olhos agradece a atitude de solidariedade, dizendo “Nós agradecemos muito o que eles fizeram, foi muito bonito”. A polícia retirou os alimentos, que apodreceram no matadouro municipal, e os presos doaram seu jantar, numa demonstração de que, mesmo atrás das grades e vivendo em condições desumanas, é possível praticar a solidariedade.

Na cadeia, falta de remédios, de assistência médica e jurídica. Oitenta por cento dos presos estavam gripados. Alguns com sinais de início de tuberculose e pneumonia. Percebemos o quanto faz falta uma pastoral carcerária ou qualquer outra entidade de defesa dos direitos humanos.

Após vários dias de luta dentro da prisão, conhecemos uma outra realidade, também estudamos, organizamos um curso de formação sobre a história do MST e da luta pela reforma agrária, jogamos muito baralho e dominó, sentimos muitas saudades dos amigos, companheiros e companheiras, familiares, namoradas, esposas, etc. Saímos com mais convicção, mais fortalecidos e decididos a continuar nessa luta por terra, por trabalho, moradia, justiça e por grandes transformações sociais.

Só a participação nas lutas de nosso povo pode garantir a derrota do individualismo e da falta de esperança. Continuamos sonhando, e continuamos lutando, pois só assim continuaremos vivendo e dando chance para que as novas gerações também vivam, pois viver é não abrir mão de lutar por uma nova sociedade e por um mundo melhor, é ter a certeza de que é possível transformar o sonho em realidade.

Os dez mil assentados e os cerca de seis mil acampados do MST no Estado de São Paulo, e todos os outros companheiros e companheiras que lutam pela reforma agrária nos acampamentos e assentamentos do movimento em todo o Brasil já puderam sentir o que é realmente viver.

Queremos agora dividir com os outros lutadores nossos sonhos, nossas lutas e nossas conquistas, pois é chegado o momento da unidade dos trabalhadores do campo e da cidade, para juntos festejarmos a nossa libertação.

BIBLIOGRAFIA

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). (1986). *Caminhos da luta*, São Paulo: MST.